

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA AMBIENTAL EM GEOGRAFIA<sup>1</sup>

## CONSIDERATIONS ABOUT THE ENVIRONMENTAL THEME IN GEOGRAPHY

Deina Farenzena<sup>2</sup>; Ivaine Maria Tonini<sup>3</sup> e Roberto Cassol<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo fundamenta-se em um resgate bibliográfico sobre a evolução do pensamento geográfico, desde a institucionalização e consolidação da Ciência quando à natureza era designado um elevado valor econômico-material; o segundo período, ambientalista, de meados do século XX (décadas de 50/60) até a atualidade, quando a deterioração do meio ambiente atinge níveis preocupantes e de relevante importância social.

**Palavras-chaves:** Evolução do pensamento geográfico, Temática ambiental.

### ABSTRACT

This article is based on a bibliographic research about the evolution of the geographic think, since its institutionalization and consolidation of Geography as a Science up to the present days, highlighting the vision of the environmental theme implicit in this period. In this perspective, there are two distinct periods. The first one, the naturalist that lasted from the nineteenth century to the twentieth, when to nature it was designed an elevated material-economical value, the environmentalist from the middle of the twentieth century (the 50 and 60 decades), the second period to the present days when the deterioration of the environment reaches considerate levels of relevant social importance.

**Key words:** Evolution of the geographic think, environmental theme.

### 1 INTRODUÇÃO

A temática ambiental mundialmente preocupa instituições governamentais e não governamentais tomando-se objeto de estudo para pesquisadores e planejadores. Também, devido a sua relevância deve ser incorporada ao processo educacional, de modo a contribuir para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro da sociedade e da natureza.

A Geografia, como campo de conhecimento, têm apresentado preocupação com as transformações da sociedade, com o espaço humanizado e com a natureza socializada permitindo refletir sobre as questões

Geográfica até a atualidade, ressaltando a visão da temática ambiental implícita neste período. Nesta perspectiva, dois períodos distintos são salientados. O primeiro período, naturalista, que perdurou do século XIX até meados do século XX, ambientais em pesquisas, em planejamentos e igualmente no ensino.

Este capítulo tem por objetivo proceder a abordagem teórica e, neste contexto, prioriza o resgate histórico da evolução do pensamento geográfico, desde a institucionalização e consolidação da Ciência Geográfica até os dias atuais, ressaltando a visão ambiental deste período.

### 2 A TEMÁTICA AMBIENTAL EM GEOGRAFIA

A temática ambiental está sendo o centro polarizador de estudos em diversos campos do conhecimento, que preocupados com a destruição do patrimônio natural e com a qualidade de vida, tentam resgatar as boas condições ambientais que hoje se encontram abaladas pelos sucessivos anos de apropriação e uso depredatório dos recursos naturais disponíveis na superfície terrestre e passível de geração de lucros.

Como destaca MENDONÇA (1993, p.8):

*Nem todas as ciências, entretanto, tiveram uma preocupação ambientalista durante sua evolução e isto é bastante interessante quando, na atualidade, se percebe que quase todas – senão todas – têm voltado sua atenção para essa temática; a despeito das críticas negativas, deve-se salientar que isto é consideravelmente bom e contribui para um melhor equacionamento da questão. A geografia, ao lado de outras ciências, desde sua origem tem tratado muito de perto a temática ambiental, elegendo-a, de maneira geral, uma de suas principais preocupações.*

No entanto, mesmo que a Geografia tenha se preocupado desde a sua gênese com o quadro natural, um resgate histórico comprova a existência de dois momentos distintos relacionados a esta temática: um primeiro, que se inicia com a consolidação da Geografia como ciência no século XIX e vai até meados do século XX; e um segundo momento, que se inicia no século XX, mais precisamente nas décadas de 50 e 60 e perdura até a atualidade.

<sup>1</sup> Capítulo integrante do trabalho de Graduação A: "A Educação Ambiental em Geografia nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS". Apresentado ao Departamento de Geociências, CCNE/UFSM.

<sup>2</sup> Licenciada em Geografia pela UFSM, Santa Maria, RS.

<sup>3</sup> Co-orientadora, Profª. M.Sc. do Departamento de Geociências, CCNE/UFSM.

<sup>4</sup> Orientador, Prof. Dr. do Departamento de Geociências, CCNE/UFSM.

## 2.1 A Institucionalização e a Consolidação da Ciência Geográfica: o Período Naturalista.

O período em que pontificaram os institucionalizadores da Geografia e em que ocorreu a consolidação do conhecimento geográfico – século XIX até meados do século XX – pode ser denominado segundo MENDONÇA (1993) de período naturalista.

Neste período, a concepção naturalista vinculada a Geografia deveu-se, fundamentalmente, a influência do modo de produção capitalista; a burguesia, como importante classe social da época e; a filosofia positivista, que estruturou metodologicamente os trabalhos das inúmeras ciências, inclusive da Geografia.

O capitalismo, influenciou as ciências, e particularmente a Geografia, devido a necessidade de alastrar e intensificar as relações comerciais pelo mundo. Para que isso pudesse ocorrer, havia a necessidade de conhecimento da superfície terrestre, não necessariamente de sua totalidade mas, pelo menos, das áreas litorâneas de fácil acesso.

Com o expansionismo do comércio, a burguesia capitalista européia estendeu suas relações comerciais a outros povos. Isto fez aumentar seu poder financeiro e sua influência política e, segundo ANDRADE (1987), passou a estimular o desenvolvimento de técnicas e pesquisas, visando racionalizar e maximizar a exploração dos recursos naturais.

A gama de informações acumuladas a respeito da superfície da terra, proporcionada pelo incentivo do capitalismo e da burguesia, através das inúmeras viagens e do aprimoramento técnico, constituíram o pressuposto histórico e material para a sistematização do conhecimento geográfico.

O pressuposto filosófico e metodológico, que permitiria a transformação da Geografia em ciência autônoma e unitária, surgiu no final do século XVIII juntamente com uma grande revolução econômica e cultural que consolidou o domínio burguês e o modo de produção capitalista.

O Iluminismo representante da visão da burguesia intelectual da época, passou a considerar a razão como chave para o entendimento do mundo e a questionar as leis da Igreja e os fenômenos naturais.

Segundo ANDRADE (1987, p.49):

*A superestrutura ideológica-cultural se consolidava consagrando a racionalidade da ação do homem sobre a natureza, o que permitiria a sua exploração com grandes vantagens, a dominação técnica, a valorização do pensamento científico, com a preocupação do estabelecimento de leis universais, a partir das formulações de Newton, e crença generalizada no progresso, que seria linear e contínuo. O homem, empregando os meios de que dispunha, procuraria dominar a natureza e fazê-la produzir, de acordo com suas metas e com os seus interesses.*

A intensa preocupação em conhecer a superfície da terra e em controlar a natureza, fez com que as ciências da observação e da experimentação se expandissem. A Geografia passou a ter lugar destacado dentre as ciências por ter função essencialmente descritiva, o que satisfazia a necessidade da classe hegemônica que buscava “explicações” objetivas e quantitativa da realidade.

No início do século XIX, as condições culturais, econômicas e políticas propiciaram a mudança nas diretrizes intelectuais levando as idéias ao positivismo estruturado por Augusto Comte.

Os postulados positivistas, profundamente empiristas e naturalistas, foram a base sobre a qual foi estruturada a Geografia deste período e que influenciou os fundadores da Geografia, enquanto ciência.

No entanto, apenas a existência de pressupostos históricos e filosóficos não poderia proporcionar a colocação da Geografia no rol das ciências particulares e autônomas.

O impulso desencadeador da sistematização do conhecimento geográfico adveio da Alemanha, onde particularmente as relações capitalistas penetraram tardiamente, pois no início do século XIX, o território alemão ainda não se constituía como Estado Nacional, inexistindo uma unidade econômica e política, devido a forma coesa da estrutura feudal.

Com a penetração do capitalismo na estrutura feudal, sem alterá-la, o comércio passou a desenvolver-se sendo prejudicado pela falta de um Estado Nacional constituído e coeso, no qual as relações com outros Estados pudessem ser duradouras e onde pudesse existir um centro organizador e polarizador das relações econômicas. Desta forma, a questão do espaço, seu domínio e organização, passaram a ser primordial para a classe hegemônica alemã e também para os estudiosos que iriam fazer as primeiras colocações no sentido de uma Geografia sistematizada, destacando-se dentre eles Alexandre von Humboldt e Karl Ritter.

De acordo com MORAES (1989, p.15):

*Humboldt e Ritter são, sem dúvida, os pensadores que dão o impulso inicial à sistematização geográfica, são eles que fornecem os primeiros delineamentos claros do domínio dessa disciplina em sua acepção moderna, que elaboram as primeiras tentativas de lhe definir o objeto, que realizam as primeiras padronizações conceituais.*

Humboldt era naturalista, viajou pelo mundo procurando conhecer a natureza física, porém tinha grande curiosidade pelo homem e sua organização social e política.

Segundo ANDRADE (1987, p.52):

*As idéias centrais de Humboldt foram o resultado da influência do racionalismo ilustrado francês do século XVIII, do idealismo alemão e do projeto positivista. Daí a sua grande preocupação com o estabelecimento de leis gerais que explicassem o mundo em que vivia, relacionando o povo, categoria social, com o meio ambiente..., não se preocupando porém com as relações sociais em si.*

Ritter, filósofo e historiador, não excursionou pelo mundo. Apresentou um trabalho essencialmente metodológico, numa proposta que reforça a análise empírica e, segundo Moraes (1989) inaugurou a discussão geográfica sobre a relação homem-natureza, colocando-a mesmo como um dos objetos principais de tal disciplina.

A união dos conhecimentos destes dois estudiosos alemães, lançou as bases da Ciência Geográfica, ciência esta profundamente preocupada com os aspectos físicos-naturais das paisagens e com a relação dos homens com a natureza.

### 2.1.1 A Geografia Tradicional

Após o desaparecimento de Humboldt e Ritter, no final do século XIX o processo de sistematização da Geografia ganhou novo impulso através das colocações de Friedrich Ratzel.

Assim como seus antecessores, Ratzel também, estavam ligados a classe hegemônica alemã, mas ao contrário de Humboldt e Ritter, vivenciou a unificação do estado alemão e a transformação da Alemanha em um Estado industrial.

Dentre os estudos de Ratzel, o maior destaque fica para a Geografia Política, onde, segundo SODRÉ (1986) teria considerado o Estado como organismo parte humano parte terrestre e, a conquista de novos territórios essencial para a manutenção e desenvolvimento de um Estado.

Neste momento histórico era de fundamental importância para os mais diversos estados, e também para o Estado alemão, defender a posse de seu território buscando ampliá-lo cada vez mais, pois isso traria riqueza - através da exploração de seus recursos naturais - e poder ao Estado.

MORAES (1991, p.56) comenta:

*Para Ratzel o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova da decadência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas.*

Em seu pressuposto, Ratzel buscou justificar com o conceito de "espaço vital", que seria a relação entre a população de um Estado e a capacidade de utilização do seu território (ANDRADE, 1987).

Ratzel também privilegiou em seus estudos as relações entre o homem e o meio natural de forma dissociada, sendo que ao explicar o determinismo dos lugares sobre os homens, reduziu o homem a um animal, não o considerou como elemento social ao igualar os fenômenos humanos aos naturais.

Mesmo que Ratzel tenha inovado em algumas de suas formulações, este intelectual manteve a visão naturalista que caracteriza o período da Geografia. De acordo com GOMES (1996) o pensador tentou estabelecer uma teoria positiva que se aplicaria ao homem, fundamentada na teoria evolucionista, a exemplo do que já havia sido feito nas ciências ditas "naturais".

Reforçando, mais uma vez, a idéia de que a natureza, considerada território, era um espaço a ser dominado e explorado no seu potencial máximo para privilégio de alguns grupos sociais (classe hegemônica) ou de alguns Estados mais poderosos, política, econômica e militarmente, isto ocorrendo com o auxílio dos conhecimentos geográficos.

Em contraposição as idéias políticas, expansionistas e naturalistas de Ratzel, surgiram as formulações do historiador francês Paul Vidal de La Blache.

Assim como as idéias de Ratzel evidenciaram atender a classe hegemônica prussiana, a Geografia desenvolvida por La Blache, mesmo de forma mais dissimulada, também buscou responder positivamente à ideologia das classes dominantes francesas, contudo

acentuou o propósito humano, propondo uma despolitização no temário geográfico.

La Blache, segundo MORAES (1991, p.68):

*Definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal é aí que começa a "obra geográfica do homem".*

Mesmo que La Blache tenha se preocupado em combater a concepção naturalista, continuou inexistente também na Geografia francesa a preocupação com o processo de produção das relações sociais e as conseqüências destas para o meio físico. Ao contrário da proposta ratzeliana, estendeu seus estudos a pequenas áreas, supervalorizando o trabalho de campo e a intuição do geógrafo no trabalho com os aspectos físicos, posteriormente sobrepondo a estes os aspectos humanos e econômicos, o que reforçou a concepção naturalista em vez de descartá-la.

No entanto, La Blache contribuiu com importantes conceitos para a Ciência geográfica tais como o que caracterizou a Geografia francesa – o Possibilismo e a Região. O primeiro entendido como a possibilidade da ação do homem sobre o meio e o segundo como o gênero de vida.

Comenta ANDRADE (1987, p.71):

*Admitindo que a região ou o meio físico é o suporte que o homem utiliza para viver, para fazer suas construções, para extrair os produtos de que necessita, Vidal de La Blache estimulou grande preocupação nos geógrafos com a descrição deste meio, das formas de utilização do mesmo e deu base à formulação da noção de gênero de vida, vital ao esquema de trabalho. Para ele, o gênero de vida seria o conjunto articulado de atividades que, cristalizadas pela influência do costume, expressam as formas de adaptação, ou seja, a resposta dos grupos humanos aos desafios do meio geográfico.*

La Blache, embora contestando as idéias do prussiano Ratzel, em termos de método não rompeu com as formulações deste, sendo o positivismo o ponto que aproxima as duas concepções.

No final do século XIX e início do século XX, um grande geógrafo francês deu sua contribuição para o desenvolvimento de uma Geografia comparável com o que se conhece atualmente por ambientalismo.

Ao contrário dos geógrafos que o antecederam, Élisée Reclus não se associou a estrutura social dominante, mas posicionou-se contra a estrutura de poder passando a defender as classes menos favorecidas.

Influenciado pelo marxismo e por uma metodologia de análise dialética, produziu trabalhos que foram refutados em sua época, o que dificultou a expansão de seu pensamento. Para Reclus, segundo ANDRADE (1985, p.21):

*A geografia era uma única ciência, e a natureza e o homem, por ela estudados, formavam um conjunto harmônico em que o meio natural exercia influência sobre o homem, provocando a sua ação, modificando-o, transformando-o e conduzindo-o à produção do espaço.*

O autor possuía uma visão totalizante da realidade, ou seja, não reduziu seus estudos aos limites da dicotomia geografia física versus geografia humana, sendo que se preocupou com problemas que interrelacionavam o meio físico com as atividades humanas, tais como os comentados por ANDRADE (1987, p.58):

*... o da degradação do meio ambiente intensificado com a expansão, em escala mundial, do capitalismo e hoje fonte de grande preocupação para estudiosos e administradores; o crescimento urbano e industrial, provocando o surgimento de grandes aglomerações populacionais e intensificando os problemas de transporte, de saúde e de abastecimento; o do controle dos países dominados, hoje chamados Terceiro Mundo, pelos países industrializados etc.*

O trabalho de Reclus representa para sua época uma visão crítica e moderna para os dias de hoje, por se ter preocupado com os problemas que afligiam a sociedade: desenvolvimento industrial e tecnológico, surgimento e expansão dos grandes centros urbanos e uso intensivo e depredatório dos recursos naturais que se fortaleceriam rapidamente.

Outro geógrafo alemão, que como Reclus teve suas formulações pouco aceitas e difundidas em sua época, devido ao domínio do Possibilismo, ao isolamento cultural da Alemanha e também devido às preocupações com a realidade que pontificaram como temas de seus trabalhos foi Alfred Hettner.

Hettner que privilegiou o método dedutivo encaminhou o conhecimento geográfico em direção à ecologia, considerando a Geografia como o estudo das formas de inter-relação dos elementos no espaço terrestre. (MORAES, 1991)

As idéias de Hettner só foram retomadas pelo geógrafo americano Richard Hartshorne após a 1ª Guerra Mundial que desenvolveu e aprimorou as idéias de seu mestre.

Em seus estudos, baseados fundamentalmente na análise das inter-relações entre os fenômenos no espaço terrestre, Hartshorne buscou desenvolver uma Geografia Geral, de menor carga empirista e privilegiando mais o raciocínio dedutivo.

O trabalho de Hartshorne finalizou este período "naturalista" da Geografia, e mesmo sem haver rompido com o pensamento tradicional, suas formulações já configuravam a transição que ocorreria do pensamento geográfico tradicional para a busca de novos paradigmas.

Mesmo refletindo inúmeras deficiências, a Geografia Tradicional possuiu e ainda mantém uma relevante importância porque, formou a base do conhecimento sobre a qual foi e está sendo construída a Ciência Geográfica, formulou e desenvolveu alguns conceitos e elaborou um rico acervo empírico.

As lacunas da Geografia Tradicional são encontradas nas dicotomias que foram geradas, tais como Geografia Física "versus" Geografia Humana, o

que dificultou os estudos de inter-relação entre os aspectos físicos e humanos.

No entanto, a Geografia Tradicional foi eficiente quando atendeu aos desafios da classe dominante, concentrando-se na luta pela exploração dos recursos e dos homens na superfície terrestre.

## **2.2 O Período de Transição: do Naturalismo para o Ambientalismo.**

O ano de 1950 marcou o início de uma grande crise mundial que implicou na transformação das categorias social, política, econômica e cultural e atingiu a Ciência Geográfica, levando-a a uma nova forma de tratar os aspectos naturais.

### **2.2.1 A Crise da Ciência Geográfica**

A crise da Geografia que se iniciou na metade do século XX e levou os geógrafos a formularem críticas em relação à Geografia construída até então, permitiu traçar novos caminhos metodológicos que atendessem as necessidades impostas pela nova realidade social.

Esta crise, além de ter introduzido um pensamento crítico à Geografia Tradicional, também alargou seus horizontes de interesse na busca de novos paradigmas.

Este movimento de renovação no pensamento geográfico foi causado primeiramente pela alteração da base social que engendrou os fundamentos da Geografia Tradicional, a burguesia e o capitalismo concorrencial haviam sido derrubados pelo capitalismo monopolista e pela ação do Estado no planejamento econômico e territorial. Estes últimos necessários à reconstrução da paisagem destruída pela Segunda Guerra Mundial.

Segundo MORAES (1991, p.94):

*O planejamento econômico estava estabelecido como uma arma de intervenção do Estado. E, com ele, o planejamento territorial, com a proposta de ação deliberada na organização do espaço. A realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumental de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica. O espaço terrestre se globalizara nos fluxos e nas relações econômicas. Viviam-se o capitalismo das empresas multinacionais, dos transportes e das comunicações interoceânicas. A realidade local era apenas o elo de uma cadeia, que articulava todo o planeta.*

Um exemplo disso foi a rápida internacionalização da economia dos Estados Unidos, o grande vencedor do conflito mundial que buscou expandir suas empresas em outros países superprotegendo o seu mercado interno, não se preocupando com os problemas gerados pela exploração dos recursos naturais e humanos.

Afirma MENDONÇA (1993, p.38):

*Em busca do acréscimo da produtividade de matérias-primas muito se destruiu em termos de sociedade e de ambiente dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, e a industrialização – que neles deveria promover desenvolvimento social – acabou por garantir a situação de dependência atual onde estão*

*presentes desempregos, analfabetismo, êxodo rural, epidemias, violência, subnutrição, degradação ambiental, etc. e onde a luta em defesa do meio ambiente não consegue – e por coerência nem deveria – suplantar lutas por direitos básicos de vida e cidadania.*

A industrialização tornou a realidade social ainda mais complexa, pois fez com que ocorresse a mecanização da agricultura, que se intensificasse o processo de urbanização e de mundialização da economia.

O crescimento da industrialização, e consequentemente a concentração populacional em determinadas áreas sem infra-estrutura, passou a pressionar o ecossistema do local e a baixar o nível da qualidade ambiental de vida, como afirma ANDRADE (1987, p.103):

*Este crescimento rápido teria de ser feito à custa da degradação do meio natural – uma política preservacionista tornaria mais elevado o custo de produção – e da condição de vida da população, sobretudo no chamado mundo subdesenvolvido....*

O instrumental geográfico elaborado até o momento não era suficiente para apreender e analisar o espaço mundializado, o que exigiu que a Geografia passasse da observação a campo para o uso de técnicas mais modernas, tais como o sensoriamento remoto e a computação.

Entre os fatores essencialmente geográficos que influenciaram a crise da Geografia estão: os fundamentos filosóficos baseados no positivismo, no qual estava assentado o pensamento geográfico tradicional, e com o passar do tempo se tornou simplista e arcaico; as próprias formulações geográficas que permitiram inúmeras dicotomias e muitas vezes enfraqueceram o discurso geográfico; a indefinição do objeto de análise da Geografia Tradicional e; por fim a falta de leis que permitissem a generalização na explicação dos fenômenos estudados.

Assim, o movimento de renovação da Geografia buscou romper com o pensamento tradicional o que levou muitos geógrafos a refletirem sobre a natureza da Geografia, reformulando seus princípios científicos e filosóficos e buscando novos paradigmas que os permitissem disputar espaço com outras disciplinas da área de planejamento e da crítica social. (ANDRADE, 1987)

Dentro deste preâmbulo, afirma MORAES (1991, p.98):

*O movimento de renovação, ao contrário da Geografia Tradicional, não possui uma unidade; representa mesmo uma dispersão, em relação àquela. Tal fato advém da diversidade de métodos de interpretação e de posicionamentos dos autores que o compõem. A busca do novo foi empreendida por variados caminhos; isto gerou propostas antagônicas e perspectivas excludentes. O mosaico da Geografia Renovada é bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções. Entretanto, é possível agrupá-las em função de seus propósitos e de seus posicionamentos políticos, em dois grandes conjuntos: um pode ser denominado Geografia Pragmática, outro Geografia Crítica.*

Este estudo busca evidenciar a importância da Geografia Crítica em detrimento da Geografia Pragmática ou Nova Geografia, pois esta última embora refutando as tradições geográficas e adotando novas técnicas e novas perspectivas apoiadas na visão sistêmica, por modelos e por modelos lógico-matemáticos, hesitou em contestar os fundamentos geográficos e os fundamentos sociais que sustentavam a Geografia Clássica, ainda visíveis em sua base de sua sustentação. (GOMES, 1996)

Também aborda-se algumas vertentes que se desenvolveram paralelamente a Geografia Crítica, que destacam-se pela preocupação com o meio ambiente e com a problemática ambiental, tais como a Geografia da Percepção ou Comportamental e a Geografia Ecológica

## 2.2.2 A Geografia Crítica

A Geografia Crítica ou Radical desenvolveu-se a partir da década de 60, através de um grupo de geógrafos que, mesmo não apresentando uma uniformidade de pensamento, buscaram se opor a coisa social e romper com o pensamento geográfico anterior, de profundo caráter classista. A consciência da necessidade de transformações desenvolveu-se assim, sob o estímulo de uma seqüência de eventos sociais, políticos, naturais e econômicos mutantes.

Segundo Peet *apud* CHRISTOFOLETTI (1985, p.226):

*A ciência radical, e a Geografia Radical dentro dela, põe a descoberto esta “falsa cultura” porque ela é – um plano para a proteção do sistema econômico contra a ascensão da consciência revolucionária em seu próprio povo. A ciência radical mostra os desvios, expõe as explicações existentes à crítica, providencia explicações alternativas que traçam a relação entre os “problemas sociais”, na superfície, e as causas sociais profundas, e encoraja as pessoas a engajarem-se na construção de sua própria teoria.*

Desta forma, o próprio conhecimento geográfico, passou a ser o instrumento de ataque a ordem constituída, ou seja, as contradições e injustiças sociais, que até então eram analisadas sob a ótica do materialismo histórico e dialético.

Sendo assim, a Geografia Crítica buscou construir um conhecimento que se distanciasse da neutralidade que impregnava a Geografia Tradicional e inserir a ciência geográfica num contexto político, econômico e social popular, embasada por fundamentos filosóficos de diversas correntes, mas principalmente marxistas.

Para VESENTINI (1989), Marx foi o fundante do pensamento crítico, pois ele é ao mesmo tempo um analista, um propagador e um crítico da modernidade capitalista.

Quanto a preocupação com o meio ambiente, a corrente que mais se preocupou com o tema foi a liderada por Yves Lacoste, que dentre uma diversidade muito grande de temas procurou privilegiar em seu trabalho temas como os problemas gerados pela urbanização, o problema do habitat e ainda os problemas climáticos e ecológicos.

No entanto a Geografia Crítica, ao contrário da Tradicional que abordava a temática ambiental na forma de descrições do quadro natural independente da ação

do homem, passa a conceber meio ambiente de forma mais complexa, como expõe MENDONÇA (1993, p.66):

*Nesta nova abordagem o meio ambiente deixa de receber aquela "tradicional" visão descritiva/contemplativa por parte da geografia como se fosse um santuário que existe paralelamente à sociedade. O meio ambiente é visto então como um recurso a ser utilizado e como tal deve ser analisado e protegido, de acordo com suas diferentes condições, numa atitude de respeito, conservação e preservação.*

No Brasil, a Geografia Crítica ou Radical surgiu no final da década de 70 e continua sendo desenvolvida até hoje, contemplando uma variada gama de temas, entre eles o ambientalismo, que segundo MENDONÇA (1993) passou a ter destacada importância a partir do final dos anos 80, quando após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Legislação Ambiental normatizou as atividades relacionadas ao meio ambiente.

Desta forma, tanto o trabalho do geógrafo, através da elaboração de laudos técnicos, diagnósticos ambientais, planejamento para recuperação de áreas degradadas etc., quanto o do licenciado em Geografia através da Geografia Escolar e de uma eficiente Educação Ambiental, torna-se fundamental para equacionar ou minimizar os impactos da inter-relação sociedade e meio ambiente.

No entanto, o pensamento geográfico crítico ainda encontra-se em desenvolvimento, especialmente no Brasil, onde seu surgimento ocorreu de forma mais tardia. No ensino, a Geografia Crítica ainda encontra-se em fase de estruturação, o que não impede o professor de Geografia a orientar o seu aluno a práxis transformadora da realidade que o cerca.

### 2.2.3 Geografia da Percepção ou Comportamental

No final da década de 60 e início da década de 70, a realidade mundial passou a exigir dos geógrafos uma nova interpretação para as transformações que envolviam o mundo. O crescimento e desenvolvimento econômico, social e político, que aconteceu de forma desordenada, fez aumentar a disparidade entre os países, acentuando os níveis de pobreza e as desigualdades sociais.

Segundo ANDRADE (1987, p.111):

*O uso cada vez maior de tecnologias avançadas aumentava as rendas das grandes empresas, mas acelerava o processo de destruição e de degradação do meio ambiente. Viram os geógrafos que os seus estudos abstratos, técnicos, despreocupados com a situação real e os seus cálculos matemáticos não contribuíram para resolver os problemas que estavam levando a humanidade a uma crise mais aguda.*

Diante desta situação, um grupo de geógrafos retornou as velhas fontes do conhecimento geográfico e o revestiram de uma nova roupagem, articulando-o com a Psicologia.

O produto desta articulação designou-se Geografia da Percepção ou Comportamental e, segundo MORAES (1997, p.106):

*Esta buscaria entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como este processo se reflete na ação sobre o espaço. Os seguidores desta corrente tentam explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado e o comportamento em relação ao meio.*

Porém, a Geografia da Percepção e do Comportamento apresentou três linhas mestras que nortearam os trabalhos dos pesquisadores desta Escola. Segundo GOODEY & GOLD (1986) a primeira diz respeito à percepção da criança e sua relação com o desenvolvimento de sua visão geográfica; a segunda, a morfologia urbana; e a terceira trata da percepção regional.

A grande preocupação com a criança e com o futuro da humanidade, permitiu o desenvolvimento de atividades voltadas ao ensino, as quais estavam amplamente relacionadas com a psicologia piagetiana.

Além disso, os geógrafos engajados nesta Escola e influenciados pela linha behaviorista, também se preocuparam, segundo GOODEY & GOLD (1986, p.16), com:

*... os modelos de sociedade empregados na investigação geográfica, a multidisciplinaridade, a orientação para a política de planejamento, e o desejo de produzir estudos geográficos mais integralmente envolvidos na **educação ambiental e na interpretação do meio ambiente.** (Grifo nosso)*

Esta preocupação com a Educação Ambiental e com o meio ambiente, apresentada pela Geografia da Percepção e do Comportamento, deve-se ao agravamento dos problemas ecológicos pelo desenvolvimento do capitalismo, o que implicaria diretamente no futuro da humanidade. No entanto, mesmo considerando a grande importância dos trabalhos preservacionistas realizados por esta Escola da Geografia, uma crítica deve ser feita, pois esta Escola não contesta a ordem dominante, ou seja não se direciona ao cerne do problema, neste caso representado pelo sistema econômico em vigência, transferindo a responsabilidade para o campo individual.

### 2.2.4 A Geografia Ecológica

Na segunda metade da década de 70, a perspectiva de degradação das condições de vida e até de possível desaparecimento da humanidade, demonstrou a premente necessidade de acabar com o discurso neutro e apolítico que entremeava a Ciência geográfica, tanto nos trabalhos científicos como na Geografia Escolar.

As transformações provocadas pelo desenvolvimento industrial, na sociedade e na natureza, acabaram por mexer com alguns geógrafos, principalmente os mais ligados ao tratamento da Geografia Física, e pouco a pouco se intensificaram os trabalhos que enfocavam a natureza sob o ponto de vista da dinâmica natural das paisagens em interação com as relações sociais de produção.

Os geógrafos ligados a corrente ecológica abordaram de forma crítica a problemática ecológica

nas mais variadas realidades – em economias socialistas e em economias capitalistas; em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos; em áreas de florestas e em áreas desérticas, entre outras.

Ainda afirma ANDRADE (1987, p.119):

*Os geógrafos passaram também a preocupar-se seriamente com o problema do meio ambiente, observando-se que na área de Geografia Física, muitos evoluíram de trabalhos específicos sobre morfologia, clima, hidrologia etc. para realizar pesquisas mais amplas a respeito do meio ambiente, ou, continuando os trabalhos em suas áreas específicas, passaram a aplicar os conhecimentos especializados, levando em conta o impacto dos elementos naturais quando influenciados pela sociedade sobre o meio ambiente.*

No Brasil também foram inúmeros os pesquisadores que se associaram a corrente ecológica, entre eles destacaram-se Aziz Ab'Saber e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. O primeiro, geomorfólogo, preocupou-se com a reorganização do espaço e com os impactos ambientais em áreas atingidas pela construção de barragens e lutou contra o desmatamento e a poluição do ar pelas grandes indústrias. O segundo, especialista em climatologia, realizou trabalhos enfatizando sua preocupação com a poluição do ar e suas conseqüências para o clima e para a agricultura.

Além destes trabalhos, outros buscaram contemplar os problemas ambientais das regiões brasileiras e, principalmente, com a problemática do desenvolvimento diante do impacto ecológico por ele gerado.

No entanto, comenta ANDRADE (1987, p.121):

*Não há, naturalmente, identidade ideológica entre os vários geógrafos sobre as soluções a serem dadas aos impactos ecológicos, mas em comum eles defendem a preservação da natureza e combatem a política desenvolvimentista que vem financiando a devastação da vegetação natural, feita de forma indiscriminada e a implantação de indústrias altamente poluidoras, e a degradação das condições de vida e de alimentação das populações.*

Mesmo assim, a Associação de Geógrafos Brasileiros, reunida com especialistas de outras áreas de pesquisa, permitiu que fossem apresentadas críticas as políticas antiecológicas dos governos e alternativas mais racionais para minimizar os impactos ambientais.

### 2.3 A Geografia Escolar e a Educação Ambiental

A construção da Ciência Geográfica, fez-se através de crises e da aglutinação de várias idéias e reflexões, muitas vezes ambíguas e contraditórias, a respeito de objetivos e métodos, mas que no entanto serviram para dar unidade a esta ciência.

A difusão das diversas correntes de pensamento geográfico, influenciou intensamente a Geografia Escolar, devendo-se salientar principalmente a Geografia Tradicional, que imprimiu características até hoje notáveis nas práticas pedagógicas escolares.

No Brasil, a institucionalização e o desenvolvimento da Geografia nas universidades, a partir de 1934, sofreu forte influência da escola

lablachiana e da metodologia positivista, que conduziram os trabalhos aos estudos regionais, centrados na busca de explicações objetivas e quantitativas da realidade compartimentados, ou seja, estudos do quadro natural, econômico e humano, sem relacionar um aspecto ao outro.

No ensino, a Geografia Tradicional imprimiu fortes características, tais como designar maior importância para o estudo descritivo tanto das paisagens quanto das sociedades e uma maior valorização e memorização em detrimento de um estudo crítico e politizado.

Após a Segunda Guerra Mundial a Geografia Tradicional tornou-se insuficiente para tentar explicar o complexo momento vivido pelo contexto mundial.

O desenvolvimento econômico e a passagem do capitalismo concorrencial para a sua fase monopolista, fizeram com que crescessem as desigualdades sociais e econômicas entre os países e as suas estruturas sociais.

A influência marxista proporcionou o surgimento de tendências críticas a Geografia Tradicional, que passou a destacar o estudo das relações que ocorriam quando da transformação do espaço propondo novas formas de interpretar criticamente estas transformações. A preocupação com as transformações da sociedade, com o espaço humanizado e com a natureza socializada permitiu a Geografia contemplar a temática do meio ambiente e as problemáticas ambientais.

Para o ensino, a produção geográfica das últimas décadas serviu de estímulo para inovações, tanto em termos de métodos como de conteúdos e também para a produção de novos modelos didáticos. No entanto, as mudanças provocadas pela Geografia Crítica não foram totalmente incorporadas pelas propostas didáticas e pelos profissionais responsáveis pela Geografia Escolar.

No entanto, a Geografia Escolar construída, atualmente, se encaminha para uma abordagem crítica com o objetivo de despertar maior interesse do aluno pelo conteúdo e de fazê-lo compreender e atuar no contexto das transformações do seu ambiente social.

Através de um trabalho dinâmico, crítico e que leve em consideração a compreensão dos processos históricos e atuais de transformação do espaço, a Geografia como disciplina constante nos currículos, poderá alargar seus horizontes associando-se à Educação Ambiental, e conscientizar os alunos para a importância da preservação de um meio ambiente equilibrado para a manutenção da vida humana.

Segundo OLIVEIRA (1989, p.143):

*É nesses termos que seu ensino adquire dimensão fundamental no currículo: um ensino que busque incutir nos alunos uma postura crítica diante da realidade, comprometida com o homem e a sociedade; não com o homem abstrato, mas com o homem concreto, com a sociedade tal qual ela se apresenta, dividida em classes com conflitos e contradições. E contribua para sua transformação.*

A Educação Ambiental inserida na disciplina de Geografia, e também em outras disciplinas, poderá dinamizar o processo ensino-aprendizagem, pois hoje os problemas ecológicos e as transformações ambientais não ocorrem de forma isolada em um único lugar, mas sim, e lamentavelmente, de forma generalizada e próxima da realidade do aluno.

### 3 CONCLUSÃO

A temática ambiental tem sido alvo de discussões em todos os campos do conhecimento, pois vivemos hoje uma crise ambiental sem precedentes. Faz-se necessária, portanto, uma reorientação da atuação humana em sua relação com o meio-ambiente. Em tal contexto, a Geografia Escolar tem sua entrada garantida nessa busca de melhores entendimentos dessa problemática.

Este estudo mostrou, através de uma historicidade, que a Geografia sempre trouxe em suas discussões conceituais uma preocupação com a temática ambiental. Também, mostrou como ocorreram as tramas que iam tecendo a emergência de outros entendimentos sobre a temática ambiental. Isso mostra, que embora houvesse uma diversidade de pressupostos epistemológicos a temática ambiental sempre esteve centrada nos estudos geográficos. Portanto, a Geografia reúne as ferramentas analíticas necessárias para atuar com legitimidade na temática ambiental.

### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. de (Org.) *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Geografia, ciência da sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. São Paulo: Papirus, 1993.
- CRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985.
- GOMES, P. C. da. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOODEY, B. & GOLD, J. *Geografia do comportamento e da percepção*. Belo Horizonte, Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.
- MENDONÇA, F. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MORAES, A. C. R. *A Gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Meio ambiente e ciências humana*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, A. U. de. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. In: *Para onde vai o ensino de Geografia?* São Paulo: Contexto, Edusp, 1989.
- VESENTINI, J. W. *Geografia, natureza e sociedade*. São Paulo: Contexto, 1989.